

Sumário

Apresentação	7
---------------------------	----------

PARTE I

AÇÃO MONITÓRIA. FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ASTREINTES. ALIMENTOS

1. Ação monitória, prova documental e título executivo judicial.....	19
<i>Antonio Carlos Marcato</i>	
2. A fixação de honorários equitativos e as Execuções Fiscais	39
<i>Rogério Mollica</i>	
3. Efeitos do trânsito em julgado no cumprimento da decisão judicial por quantia certa contra a Fazenda Pública.....	51
<i>Beclaute Oliveira Silva</i>	
4. (In)aplicabilidade do procedimento do incidente de descon sideração da personalidade jurídica no redirecionamento da execução fiscal ao administrador da pessoa jurídica	59
<i>Helton Kramer Lustoza</i>	
5. O IDPJ nas execuções fiscais – Tema 1.209, STJ e PL 2.488/2022	79
<i>Roberta Dias Tarpinian de Castro e Letícia Zuccolo Paschoal da Costa Daniel</i>	
6. A execução das obrigações de fazer de natureza contratual: diálogos com o sistema de remédios contra o inadimplemento	95
<i>Christian Garcia Vieira e Ilan Simantob Sarue</i>	
7. Astreintes, tutela provisória e o inadequado obstáculo sinalizado pelo Superior Tribunal de Justiça.....	127
<i>Américo Andrade Pinho</i>	
8. A execução no Brasil de decisões estrangeiras que estabelecem obrigação de prestar alimentos.....	147
<i>Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave e Isabela Araújo Barroso</i>	
9. Dívida alimentar, prisão do devedor e audiência de custódia	161
<i>Arnoldo Camanho de Assis e Fabiano da Rosa Tesolin</i>	

PARTE II

RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

10. Fraude à execução e descon sideração da personalidade jurídica.....	175
<i>Marlon Tomazette</i>	

11. Tutela do direito do credor à garantia patrimonial: análise comparativa da fraude contra credores, da fraude à execução e da desconsideração da personalidade jurídica...	191
<i>Marcelo Abelha Rodrigues</i>	
12. Aspectos Probatórios na Fraude Patrimonial: da responsabilidade à respectiva blindagem	209
<i>Antônio Pereira Gaio Júnior</i>	
13. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica: limites temporais de instauração no ordenamento jurídico brasileiro	229
<i>Gustavo Milaré Almeida e Juliana Brotto de Barros Milaré</i>	
14. Grupo econômico e desconsideração da personalidade jurídica na Justiça do Trabalho em execuções: os impactos do Tema 1232 do STF	239
<i>Osmar Mendes Paixão Côrtes e Natália Araújo Bueno Pinto</i>	
15. A (im)possibilidade de formular pedido de desconsideração da personalidade jurídica na inicial de uma execução	251
<i>Virgílio Mathias</i>	
16. Embargos de terceiro: uma visão da jurisprudência atual	265
<i>Anselmo Prieto Alvarez e Wanessa de Cássia Françolin</i>	
17. O cabimento da ação de produção antecipada de provas como medida preparatória ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica	279
<i>André Pagani de Souza e Tatiana Tiberio Luz</i>	

PARTE III

PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO. ARRESTO. PENHORA E IMPENHORABILIDADES. DEPÓSITO JUDICIAL. INFOJUD. MEDIDAS ATÍPICAS

18. Os princípios da execução e o CPC/2015	317
<i>Gilson Delgado Miranda</i>	
19. Preferência na pré-penhora e distinção do arresto cautelar	335
<i>Araken de Assis</i>	
20. Condomínio edilício: (im)penhorabilidade de vagas de garagem	353
<i>Marcelo de Oliveira Milagres</i>	
21. Ensaio sobre a penhora de pequeno valor e a correta interpretação do art. 836 do CPC	359
<i>Márcio Manoel Maidame</i>	
22. Penhora de direitos hereditários	371
<i>Cristina Reindolff da Motta e Marco Aurélio Bellizze Oliveira</i>	
23. A penhora de empresa no Código de Processo Civil e a sua natureza subsidiária. Será a melhor solução?	389
<i>Frederico dos Santos Messias</i>	
24. A penhora do bem imóvel alienado fiduciariamente: uma análise aprofundada em execuções movidas por terceiros	399
<i>Marcia Conceição Alves Dinamarco e Claudia Gonçalves Junqueira</i>	
25. Tema Repetitivo 1.230: possibilidade de penhora das verbas remuneratórias para importâncias abaixo de 50 salários mínimos mensais conforme precedentes do STJ	411
<i>Rosalina Moitta Pinto da Costa</i>	

26. As impenhorabilidades previstas pelo art. 833 do CPC/2015 – além do enunciado do Tema 1.235 do STJ – (<i>distinguishing</i>-método, <i>distinguishing</i>-resultado e <i>ampliative distinguishing</i>).....	431
<i>Antonio Adonias Aguiar Bastos</i>	
27. A (im)penhorabilidade do bem de família de titularidade da pessoa jurídica	439
<i>Carlos Augusto de Assis e Mateus Fernandes Lima de Assis</i>	
28. A (im)penhorabilidade do bem de família de alto padrão	451
<i>Rita Vasconcelos e Ana Paula Vasconcelos</i>	
29. Sobre o tratamento da (im)penhorabilidade do bem de família na visão do Superior Tribunal de Justiça	465
<i>Maurício Ferreira Cunha e Jhonatta Braga Barros</i>	
30. A não modulação da mudança no Tema 677 do STJ.....	479
<i>André Gustavo Salvador Kauffman</i>	
31. Aspectos práticos do sigilo fiscal do devedor e a utilização efetiva do INFOJUD.....	487
<i>Rafael Guimarães, Danilo Diniz e Richard Jamberg</i>	
32. A possibilidade de aplicação como medida executiva atípica na execução civil do <i>watchdog</i> amplamente utilizado na recuperação judicial.....	507
<i>Camila Kelly de Souza Silva Simas e Juliana Borinelli Franzoi</i>	
33. Medidas atípicas CCS-Bacen e CNIB na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça....	521
<i>Luís Henrique Barbante Franzé</i>	
34. A aplicação de medidas executivas atípicas de ofício	535
<i>Luís Eduardo Simardi Fernandes</i>	

PARTE IV
ANÁLISE ECONÔMICA DA EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO
INTERCORRENTE. CAUÇÃO NO CUMPRIMENTO
PROVISÓRIO. INEFETIVIDADE DA EXECUÇÃO.
COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL.

35. Impactos econômicos e sociais da frustração dos procedimentos judiciais de recuperação de crédito: aspectos da análise econômica do direito processual no tocante à execução civil	549
<i>Gilberto Carlos Maistro Junior</i>	
36. O regime da prescrição intercorrente introduzido pela Lei 14.195/2021 e o direito intertemporal.....	571
<i>Arlete Inês Aurelli</i>	
37. A exigência de caução no cumprimento provisório de decisões advindas de julgamento antecipado parcial de mérito.....	583
<i>Cristiane Druve Tavares Fagundes</i>	
38. Tutela executiva e <i>desculpability</i>	595
<i>Marco Félix Jobim</i>	
39. A coisa julgada inconstitucional no microsistema dos Juizados Especiais sob a perspectiva do Tema 100 do Supremo Tribunal Federal.....	607
<i>Denis Donoso e Marco Aurélio Serau Jr.</i>	

PARTE V
FALECIMENTO DO DEVEDOR. EXPROPRIAÇÃO DE
BENS. AUTOTUTELA. ARBITRAGEM. GRATUIDADE
DA JUSTIÇA. COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

40. A execução e o falecimento do devedor.....	619
<i>Gilberto Gomes Bruschi e Luciano Vianna Araújo</i>	
41. Execução de créditos não sujeitos à Recuperação Judicial e a expropriação de bens essenciais ao exercício da atividade empresarial	641
<i>Eduardo Foz Mange e Daniel Krumpantz</i>	
42. Arrematação com vício: invalidação ou reparação do dano? A Ação Autônoma do art. 903, § 4º, do CPC	651
<i>Rogéria Fagundes Dotti</i>	
43. Autotutela na execução: jurisdição, autonomia privada e Marco Legal das Garantias.....	661
<i>José Américo Zampar Júnior e Juliana Bizarria</i>	
44. A execução de título extrajudicial e a cláusula compromissória: embargos arbitrais como meio de defesa do executado.....	677
<i>Rodrigo Lucas Gama Alves e Mariana Ferreira</i>	
45. Do processo de conhecimento ao cumprimento de sentença: da evolução histórica até os critérios objetivos para concessão da gratuidade da justiça.....	683
<i>Rafael Caselli Pereira</i>	
46. Cooperação judiciária e execução.....	709
<i>Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandez</i>	

PARTE VI
RESPONSABILIDADE POR ABUSO DO PROCESSO. SUPERENDIVIDAMENTO.
AÇÃO RESCISÓRIA E EXECUÇÃO. CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL
NA EXECUÇÃO. MORATÓRIA EXECUTIVA. DESJUDICIALIZAÇÃO

47. Responsabilidade civil por abuso do processo de execução e cumprimento de sentença	737
<i>Alexandre de Mello Guerra</i>	
48. A possibilidade de suspensão das execuções diante da propositura de Ação de Superendividamento	761
<i>Angélica Falcão e Bruna Kusumoto</i>	
49. Ação rescisória como defesa heterotópica na tutela jurisdicional executiva: análise de caso por violação manifesta à norma jurídica e por erro de fato (AR/STJ nº 6.297/SE)	773
<i>Bianca Mendes Pereira Richter, Giovana de Moraes Busnello dos Santos e Luiza Mendes Costa</i>	
50. Consciência socioambiental na execução por quantia certa: a troca da obrigação de pagar ao exequente por obrigação de fazer à sociedade.....	791
<i>Carolina Moraes Migliavacca</i>	
51. As zonas (ainda) cinzentas sobre a moratória executiva e uma tentativa de se encontrar algumas soluções.....	805
<i>Márcio Carvalho Faria</i>	
52. A desjudicialização e os reflexos nos módulos executivos provisório e definitivo: ponderações e críticas.....	831
<i>José Henrique Mouta Araújo</i>	